

Accountability em relação ao gasto público com saúde: comparação entre países da América Latina e da África Subsaariana

ALCIDO MANUEL JUANIHA (UniRovuma) - ajuaniha@gmail.com

Saulo Silva Lima Filho (UFPR) - sslf87@hotmail.com

Blênio Cezar Severo Peixe (UFPR) - bleniocsp@gmail.com

Resumo:

Os recursos públicos aplicados na área de saúde podem indicar relação com o conceito de accountability, especialmente sob a intermediação das características socioeconômicas de cada região do objeto de estudo. Neste sentido, o objetivo da pesquisa foi analisar a relação estatística entre os gastos públicos em saúde como inputs de recursos públicos com as proxies de accountability no setor público nos Países da América Latina e da África Subsaariana comparativa no período de 2000 a 2016. A pesquisa caracteriza-se por ser exploratória, descritiva, aplicada e quantitativa no modo de análise de resultados dos dados e informações. A partir disso, aplicaram-se modelos de regressão Dados em Painel separados para cada região, cujos resultados não evidenciaram o papel fundamental do combate a corrupção nos Países da América Latina e da África Subsaariana na aplicação de recursos em saúde, no que concerne ao primeiro output. Verificou-se as duas hipóteses a serem testadas por meio de modelos de regressão de Dados em Painel, as quais foram rodadas separadamente para cada uma das amostras dos Países selecionados. Referem-se aos gastos públicos em saúde nos Países da América Latina e da África Subsaariana, apresentaram relação estatisticamente significativa com as proxies da accountability (CCR), (GOVEF), (EST), (REG), (LAW), Accountability e participação (ACC), acrescenta-se ainda a intermediação de características socioeconômicas. A fundamentação teórica foi alicerçada a relação entre as variáveis, evidenciam-se que nos países em desenvolvimento analisados a implementação de políticas públicas não estão significativamente relacionada à accountability observada em cada região.

Palavras-chave: *Gastos Públicos em Saúde. Accountability no Setor Público. América Latina. África Subsaariana. Políticas Públicas.*

Área temática: *Custos aplicados ao setor público*

***Accountability* em relação ao gasto público com saúde: comparação entre países da América Latina e da África Subsaariana**

Resumo

Os recursos públicos aplicados na área de saúde podem indicar relação com o conceito de *accountability*, especialmente sob a interveniência das características socioeconômicas de cada região do objeto de estudo. Neste sentido, o objetivo da pesquisa foi analisar a relação estatística entre os gastos públicos em saúde como *inputs* de recursos públicos com as *proxies* de *accountability* no setor público nos Países da América Latina e da África Subsaariana comparativa no período de 2000 a 2016. A pesquisa caracteriza-se por ser exploratória, descritiva, aplicada e quantitativa no modo de análise de resultados dos dados e informações. A partir disso, aplicaram-se modelos de regressão Dados em Painel separados para cada região, cujos resultados não evidenciaram o papel fundamental do combate a corrupção nos Países da América latina e da África Subsaariana na aplicação de recursos em saúde, no que concerne ao primeiro *output*. Verificou-se as duas hipóteses a serem testadas por meio de modelos de regressão de Dados em Painel, as quais foram rodadas separadamente para cada uma das amostras dos Países selecionados. Referem-se aos gastos públicos em saúde nos Países da América Latina e da África Subsaariana, apresentaram relação estatisticamente significativa com as *proxies* da *accountability* (CCR), (GOVEF), (EST), (REG), (LAW), *Accountability* e participação (ACC), acrescenta-se ainda a interveniência de características socioeconômicas. A fundamentação teórica foi alicerça a relação entre as variáveis, evidenciam-se que nos países em desenvolvimento analisados a implementação de políticas públicas não estão significativamente relacionada à *accountability* observada em cada região.

Palavras-chave: Gastos Públicos em Saúde. *Accountability* no Setor Público. América Latina. África Subsaariana. Políticas Públicas.

Área temática: Custos aplicados ao setor público

1 Introdução

A ampliação da corrupção gera deficiências que comprometem ou impedem a eficácia e eficiência administrativa, resultando em fraco desempenho das instituições responsáveis pelas políticas públicas (KAUFMANN, KRAAY e MASTRUZZI, 2007). Embora a corrupção não seja exclusividade de alguns países, seu impacto é sentido de maneira assimétrica pelas diferentes sociedades, apresentam efeitos perversos nos Países em desenvolvimento (KAUFMANN, KRAAY e MASTRUZZI, 2007). Diversos fenômenos foram responsáveis, nas últimas três décadas, pelas transformações ocorridas no mundo contemporâneo – incluindo a recente crise econômica e financeira mundial. Essas transformações influenciam na exigência de um novo modelo que propiciem melhorias no desempenho dos Países.

Kaufmann, Kraay e Mastruzzi (2007) e Pereira (2010), destacam em seus achados, entre essas mudanças, a crise do *Welfare State*, nos Países desenvolvidos; crise do desenvolvimentismo, nos Países periféricos; esgotamento do modelo econômico, evidenciado pela incapacidade fiscal e intervenção; fragilidade do modelo político, gerador de insuficiência de governabilidade; deficiência do modelo administrativo, que resulta em distorções burocráticas; a adoção da Nova Administração Pública (NAP), nas suas dimensões econômico-financeira, administrativa-institucional, sociopolítica e ambiental.

Segundo Pereira (2010), esse ambiente de mudanças e turbulências, o estado reafirma a sua relevância de forma sem precedentes. O novo cenário está exigindo dos governantes a adoção de ações inovadoras na gestão do setor público. Para cumprir esse papel, é essencial que o estado tenha um perfil inteligente-mediador-indutor, o que exige instituições democráticas sólidas; orientado para eficiência, eficácia e efetividade (KAUFMANN, KRAAY e MASTRUZZI, 2007; PEREIRA, 2010). Na busca da excelência com a criação de valor público, flexibilidade e inovação. A abordagem gerencial, ética no serviço público e competência em recursos humanos, entre outras como *Accountability* (PEREIRA, 2010).

Os governos provem e oferecem um conjunto de bens e serviços essenciais a sociedade, como forma de suprir as mais variadas necessidades satisfação social, em diversas áreas como: saúde, educação, segurança pública, justiça, entre outros (GUPTA, HONJO e VERHOEVEN, 2001). A eficiência da alocação de recursos públicos, em função dos resultados que pretendam agregar valor ao bem estar social é uma questão fundamental.

Gupta, Honjo & Verhoeven (2001) argumentam que os governos podem ser vistos como produtores, engajados na produção de diferentes resultados. Por exemplo, os governos investem recursos públicos para a formação de pessoal médico para aumentar a esperança de vida dos seus cidadãos, investem em segurança e na justiça para garantir a integridade dos cidadãos e que os seus direitos estejam salvaguardados. Um dos pilares críticos na Governança Pública que impactam na eficiência dos gastos públicos é a questão da *accountability* do setor público (COCKX e FRANCKEN, 2016; MUTIGANDA, 2013).

Prática que desempenha capital importância na Governança Pública nas sociedades democráticas (KAUFMANN, KRAAY e MASTRUZZI, 2007). Como se sabe, no contexto da relação entre Governo e sociedade, os cidadãos delegam poderes ao executivo político, conferindo-lhes autoridade para fazer uso dos recursos públicos e a responsabilidade para decidir sobre a concepção e implementação das políticas públicas e, concomitantemente, os cidadãos também pretendem controlar o executivo no uso dos poderes que lhes são delegados. Isto posto, os cidadãos sabem se os seus recursos estão sendo utilizados com sabedoria, eficácia e eficiência na satisfação de suas necessidades (PEREIRA, 2010; SCHACTER, 2005).

O desenvolvimento econômico e social da coletividade nos diferentes Países, quer desenvolvidos e nos considerados em desenvolvimento, são cada vez mais compelidos pela *accountability* (COCKX e FRANCKEN, 2014; IYOHA e OYERINDE, 2010). Por exemplo, pesquisas têm demonstrado a fraca capacidade de prestação de contas nos Países em desenvolvimento, dos quais integram os Países da América Latina e da África Subsaariana. Em consonância com Schacter (2005), esta prática é particularmente fundamental nos Países em desenvolvimento.

Várias pesquisas analisam a eficiência do gasto público e sua relação com o desenvolvimento (YASIN, 2000). Sendo que, pesquisas que analisaram a eficiência e desempenho dos gastos públicos como proxies da *accountability* ainda são escassas, principalmente, evidências que realçam a configuração econômica de Países em desenvolvimento, como os da América Latina e África Subsaariana (AFONSO, ROMERO e MONSALVE, 2013). Além disso, estas duas regiões são conhecidas por terem baixos níveis de qualidade em saúde e a eficiência dos gastos públicos com saúde, seja na África Subsaariana e na América Latina. Esta constatação denota a necessidade de contribuir para o debate teórico e empírico sobre o papel da *accountability* na promoção da eficiência e desempenho dos gastos públicos. Diante desse contexto surge a pergunta da pesquisa: **qual a relação das proxies da accountability com os gastos públicos em saúde nos Países selecionados da América Latina e da África Subsaariana?** O objetivo foi analisar a relação estatística entre os gastos públicos em saúde como *inputs* de recursos públicos com as *proxies* da *accountability* no setor público nos Países da América Latina e da África Subsaariana

comparativa no período de 2000 a 2016. Utilizou-se a técnica estatística regressão de Dados em Painel. Justifica-se o estudo pela importância da utilização da discussão sobre a teoria econômica que reconhece os gastos públicos como sendo motores de crescimento econômico. Os gastos públicos com saúde, podem, por exemplo, ter um efeito de longo prazo significativo no crescimento econômico e social (FONCHAMNYO e SAMA, 2014). Pesquisas empíricas, por longos anos, preocuparam evidenciar a relação entre os gastos públicos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento econômico (RAJKUMAR e SWAROOP, 2008; WU, TANG e LIN, 2010). Os resultados das pesquisas não têm uma resposta consistente, sendo, que alguns deles, reportam impactos positivos dos gastos públicos no desenvolvimento, enquanto outros, advogam e reportam impactos adversos. Os que reportam impactos positivos, cita-se a pesquisa de (YASIN, 2000) que reportou significância estatística dos gastos públicos governamentais no desenvolvimento dos Países da África Subsaariana. Ainda, dentro da relação e importância dos estudos entre os gastos públicos e desenvolvimento, outras pesquisas encontraram resultados adversos. No que se refere ao efeito negativo de gasto público e a importância do controle da corrupção para contornar o efeito insignificante dos gastos públicos no desenvolvimento (DEVARANJAN, SWAROOP e ZOU, 1996; GUPTA, HONJO e VERHOEVEN, 2001;).

Os resultados indicaram que os gastos públicos e o desenvolvimento econômico têm uma relação de causalidade mútua, ou seja, cada uma causa a outra, com exceção dos Países de baixo rendimento. Por terem documentados papéis importantes desempenhados pela Governança e *accountability* no Setor Público, outras pesquisas tiveram interesse em documentar o efeito destas variáveis nos gastos públicos (GUPTA, VERHOEVEN e TIONGSON, 2002). Pesquisas que analisaram a eficiência e desempenho dos gastos públicos como proxies da *accountability* são escassas, principalmente, evidências que demonstram a configuração econômica de Países em desenvolvimento, como os da América Latina e África Subsaariana, em uma abordagem comparativa (AFONSO, ROMERO e MONSALVE, 2013). Os resultados encontrados na pesquisa efetuada por (ZUBAIR e KHAN, 2014) indicaram que a estabilidade política contribui fortemente para o crescimento econômico; a interação entre corrupção e governança delimita a eficiência do gasto público. E que a corrupção diminui o desenvolvimento econômico. Outros autores como Kock e Gaskins (2014) e Morozumi e Veiga (2014) investigaram o papel mediador da *accountability* em Países da América Latina e da África Subsaariana, mencionam que quando as instituições levam os seus governantes a ser *accountable* (prestar contas) para os cidadãos em geral, as despesas promovem o crescimento econômico e financeiro mundial.

Na literatura empírica analisada, constata-se que o debate relativo ao papel das proxies de *accountability* no setor público e a sua relação com os gastos públicos é ainda inconclusivo. Existindo pesquisas incipientes que se interessaram com as experiências dos Países da América Latina e da África Subsaariana. Nesse sentido, para fazer face a esse escopo, esta pesquisa apresenta duas hipóteses: a 1ª relaciona-se como proxies de *accountability* (**H₁**): Os gastos públicos em Saúde nos Países da América Latina apresentam relação estatisticamente significativa com *proxies* da *accountability* democrática mediante a interposição de características socioeconômicas. Por sua vez a 2ª hipótese, assume que (**H₂**): Os gastos públicos em Saúde nos Países da África Subsaariana apresentam relação estatisticamente significativa com *proxies* da *accountability* democrática mediante a interposição de características socioeconômicas.

2 Metodologia aplicada

O presente estudo pode ser classificado como exploratório, descritivo e utilizado uma abordagem quantitativa para análise de seus dados. Cujas populações são compostas por 52 países

que compõem a África Subsaariana, bem como da 43 países da América Latina. Ressalte-se que o conjunto de países e os dados correspondentes às variáveis de pesquisa foram obtidos com o auxílio da base de dados do Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 2019).

Todavia, em virtude da ausência de observações para determinados países, o que comprometeria a construção do painel, a amostra reduziu-se para 46 países Subsaarianos e 28 Latino-americanos. Logo, o erro amostral remonta em 4,96% e 11,07% respectivamente ao nível de confiança de 95%, o que foi considerado razoável para continuidade da pesquisa.

Posto isso, a amostra Subsaariana passa a ser composta por Angola, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Comores, República Democrática do Congo, República do Congo, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Eritreia, Eswatini, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Quênia, Lesoto, Libéria, Madagascar, Malawi, Mali, Mauritânia, Maurício, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, África do Sul, Sudão, Suriname, Tanzânia, Togo, Uganda e Zâmbia.

Por sua vez, o painel latino-americano é representa no estudo em tela pelos seguintes países: Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

A disposição geográfica pode ser minimamente compreendida a partir da Figura 1.

Figura 1 – Regiões da América Latina e África Subsaariana



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Para construção balanceada do painel, lançou-se mão da interpolação linear de determinados e ínfimos dados faltantes, de forma que a alteração não comprometa sobretudo a composição do espaço amostral, tampouco as características das observações. O procedimento pode ser verificado por meio da seguinte expressão:

$$y = y_1 + (x - x_1) \cdot \frac{y_2 - y_1}{x_2 - x_1} \quad (1)$$

Em que x e y representam intersecções num trecho de reta.

A partir das duas bases de dados utilizadas na pesquisa em tela, uma para a região da África Subsaariana e outra para a América Latina, os dados foram organizados em *cross-sections* de maneira que para cada país hajam observações para todas as variáveis no período entre 2000 a 2016. Em posse da estrutura de dados em painel, são realizados testes de adequação aos coeficientes visando identificar qual o modelo mais adequado para cada regressão. Ou seja, busca-se aplicar um método que relacione uma perspectiva temporal às características de cada variáveis, de modo que os aspectos relativos a mudança entre diferentes períodos possa ser capturada pela regressão (FÁVERO e BELFIORE, 2017).

Os propósitos desta pesquisa foi realizada uma adaptação do modelo da pesquisa de Afzal & Considine (2015) que consideram os gastos públicos de educação e saúde como elementos fundamentais no desenvolvimento humano, que podem ser escritos como uma função linear de fatores socioeconômicos contextuais que caracterizam a natureza da *accountability* experimentada em cada país (GERRING, BOND, BARNDT, MORENO, KALBERG e KRIECKHAUS, 2005; BALDACCI, CLEMENTS, GUPTA e CUI, 2008). As variáveis dependentes e independentes do estudo são explanadas na sequência.

2.1 Variáveis dependentes

O estudo considerada como variável dependente os gastos públicos com saúde nos Países da América Latina e da África Subsaariana. Os Gastos Públicos com Saúde (**GPS/PIB**) têm sido amplamente considerados em pesquisas como medida de *inputs* do investimento em saúde realizado pelos governos (BROWN e HUNTER, 1999; ALEXIOU, 2009; COCKX e FRANCKEN, 2014; MOROZUMI e VEIGA, 2014; COCKX e FRANCKEN, 2016). A mortalidade infantil é uma variável que tem sido utilizada como um dos maiores indicadores da saúde infantil. Já a variável esperança de vida é o número de anos que um indivíduo pode esperar viver desde o nascimento (MAKUTA e O'HARE, 2015).

2.2 Variáveis independentes

As variáveis explanatórias são os indicadores de governança (WGI). Governança refere-se a forma como agentes públicos e instituições adquirem e exercem a autoridade para formular políticas públicas e prover bens e serviços públicos. Os indicadores são mensurados em uma escala de -2.5 para 2.5. A variável independente Controle da Corrupção (**CCR**), reflete a “percepção do nível para qual o poder público é exercido para ganhos privados, incluindo pequenas e grandes formas de corrupção” (WU, TANG e LIN, 2010). E Eficiência Governamental (**GOVEF**), reflete a qualidade dos serviços públicos, a qualidade do serviço civil e o grau da sua independência de pressões políticas, a qualidade da formulação e implementação de políticas públicas e a credibilidade do compromisso do governo com tais políticas varia de -2,5 para 2,5.

A variável independente Estabilidade Política (**EST**), reflete “possibilidade que os governantes poderão ser desestabilizados ou removidos inconstitucionalmente ou por meios violentos, incluindo violência motivada pela política e terrorismo”. A Qualidade da Regulamentação (**REG**), menciona sobre a destreza dos governantes para estabelecer e implementar políticas e regulação que permite e promove o desenvolvimento do setor privado. Legislação (**LAW**), é uma variável independente que diz o Nível para o qual agentes têm segurança na aceitação das regras da sociedade e, em particular a qualidade do contrato do *enforcement*, direitos de propriedade, polícia e os tribunais, assim como na possibilidade de crime e violência.

Por sua vez, *Accountability* e Participação (**ACC**), fala da dimensão de argúcia que os cidadãos de um país são capazes de participar na escolha de seu governo, bem como a liberdade de expressão, e uma mídia livre”. De acordo com (LADIPO, SANCHEZ e SOPHER, 2009), a participação da sociedade civil e fiscalização da sociedade constituem elementos-chave de qualquer sistema equilibrado da *accountability*.

2.3 Variáveis intervenientes

As variáveis intervenientes do estudo são a riqueza do país (**PIB**) e a detenção de recursos naturais. A riqueza (**PIB**) vem a ser o nível do desenvolvimento econômico – foi levantada por meio da base de dados do Banco Mundial, objetiva controlar o nível do desenvolvimento econômico é operacionalizado como logaritmo natural do PIB *per capita* (GUPTA, HONJO e VERHOEVEN, 2001; GUPTA, VERHOEVEN e TIONGSON, 2002; COCKX e FRANCKEN, 2014; COCKX e FRANCKEN, 2016). E a detenção de Petróleo e Recursos Naturais (**PETRN**), reflete a dependência de petróleo e recursos naturais o seu impacto nos gastos públicos.

3 Análise dos resultados

Considerando a questão de pesquisa e as hipóteses que delineiam os possíveis métodos, os dados amostrais serão analisados mediante regressão com Dados em Painel de maneira que se construam cenários paralelos na relação entre os Gastos Públicos com Saúde (**GPS**) e as *proxies* da *accountability* democrática e com as características socioeconômicas.

As análises foram realizadas com o auxílio do software econométrico *R* (versão 3.6.1). Além disso, os dados foram tabelados junto a suíte de escritório *LibreOffice – Calc* (Versão 3.2.5.2).

3.1 Estatísticas descritivas

Previamente, por meio de estatísticas descritivas buscam-se conhecer as características das variáveis, além de serem analisadas possíveis similitudes ou diferenças entre as regiões pesquisadas.

Posto isso, no que se refere aos indicadores de tendência central à África Subsaariana, observa-se a aproximação entre os valores de média e mediana, indicado de que fato refletem a centralidade da amostra. Por outro lado, as medidas de dispersão interquartilica preocupam quanto ao distanciamento entre os valores de mínimo e 1º quartil e entre o 3º quartil e máximo.

Nessa seara, apenas a variável endógena *GPS* demonstrou a proximidade de seus valores, o que é comprovado pela amplitude da amostra, por sinal próxima de 1,2, de modo que as demais se concentraram necessariamente acima de 4,8.

Tabela 1: Estatísticas Descritivas – África Subsaariana

<i>SSF</i>	<i>GPS</i>	<i>PIB</i>	<i>PTRN</i>	<i>CCR</i>	<i>GOVEF</i>	<i>LAW</i>	<i>REG</i>	<i>ACC</i>	<i>EST</i>
Min	0,108	-2,608	-2,946	-3,835	-2,457	-3,723	-2,997	-2,271	-2,625
1° Qt	0,608	2,615	0,628	-0,112	-0,152	-0,149	-0,089	-0,237	-0,343
Media	0,710	2,983	0,835	0,078	0,047	0,053	0,144	0,029	-0,040
Mediana	0,707	2,870	0,963	0,040	0,019	0,026	0,106	-0,045	-0,074
DesvPad	0,178	0,562	0,693	0,578	0,553	0,620	0,502	0,633	0,683
CoefVar	3,978	5,309	1,204	0,135	0,085	0,086	0,288	0,046	-0,059
3°Qt	0,814	3,280	1,242	0,273	0,243	0,308	0,370	0,335	0,322
Máx	1,310	4,361	1,926	2,895	3,186	3,042	2,237	5,056	3,568
Amplit	1,202	6,969	4,871	6,730	5,643	6,764	5,234	7,326	6,193
Cont	782	782	782	782	782	782	782	782	782

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Estes resultados podem indicar a presença de *outliers* na amostra haja vista a existência de uma concentração significativa de observações após a marcação dos quartis e, portanto, são responsáveis por distorcer a amostra.

Tabela 2: Estatísticas Descritivas – América Latina

<i>LAC</i>	<i>GPS</i>	<i>PIB</i>	<i>PTRN</i>	<i>CCR</i>	<i>GOVEF</i>	<i>LAW</i>	<i>REG</i>	<i>ACC</i>	<i>EST</i>
Min	0,444	-3,905	-2,209	-2,504	-2,391	-2,481	-2,098	-3,905	-2,515
1° Qt	0,710	3,445	-0,141	0,001	-0,302	-0,073	-0,426	-0,327	-0,210
Media	0,782	3,655	0,164	0,155	0,059	0,122	-0,045	-0,037	0,073
Mediana	0,773	3,687	0,276	0,146	0,099	0,118	-0,076	0,002	0,041
DesvPad	0,117	0,522	0,885	0,559	0,721	0,507	0,635	0,763	0,702
CoefVar	0,656	3,165	-0,609	-0,413	-0,622	-0,388	-0,711	-0,761	-0,661
3°Qt	0,854	3,919	0,783	0,436	0,441	0,307	0,297	0,331	0,380
Máx	1,107	4,498	1,499	2,204	2,639	2,319	2,585	2,641	3,317
Amplit	0,663	8,403	3,708	4,708	5,031	4,800	4,683	6,545	5,832
Cont	476	476	476	476	476	476	476	476	476

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Do mesmo modo, a disposição amostral correspondente à região da América Latina, se assemelha quanto a centralidade entre média e mediana em praticamente todas as variáveis. E também possuem quartis distantes dos seus pontos mínimos e máximos. Percebe-se igualmente quanto a variável *GPS* que é a única com a amplitude satisfatória, enquanto as demais variáveis possuem as mesmas condições de dispersão em sua amplitude.

Logo nota-se que, embora possuam uma considerável distância geográfica, as regiões apresentam condições socioeconômica e de *accountability* correspondentes, o que faz sentido quando verificadas as condições das amostras analisadas e de vida nessas regiões (KAUFMANN, KRAAY e MASTRUZZI, 2007).

Tabela 3: Correlação de Pearson – África Subsaariana

<i>SSF</i>	<i>GPS</i>	<i>PIB</i>	<i>PTRN</i>	<i>CCR</i>	<i>GOVEF</i>	<i>LAW</i>	<i>REG</i>	<i>ACC</i>	<i>EST</i>
<i>GPS</i>	1,000								
<i>PIB</i>	-0,233 (0,0000)	1,000							
<i>PTRN</i>	-0,100 (0,0051)	-0,255 (0,0000)	1,000						
<i>CCR</i>	0,076 (0,0343)	-0,127 (0,0004)	0,131 (0,0003)	1,000					
<i>GOVEF</i>	0,054 (0,1327)	-0,146 (0,0000)	0,116 (0,0012)	0,221 (0,0000)	1,000				
<i>LAW</i>	0,077 (0,0304)	-0,071 (0,0479)	0,049 (0,1751)	0,119 (0,0009)	0,300 (0,0000)	1,000			
<i>REG</i>	0,003 (0,9360)	-0,080 (0,0250)	0,003 (0,9377)	0,206 (0,0000)	0,236 (0,0000)	0,042 (0,2462)	1,000		
<i>ACC</i>	0,084 (0,0185)	-0,169 (0,0000)	0,103 (0,0042)	0,029 (0,4181)	0,079 (0,0269)	0,145 (0,0000)	0,075 (0,0371)	1,000	
<i>EST</i>	0,108 (0,0024)	0,006 (0,8776)	-0,016 (0,6628)	-0,049 (0,1692)	-0,037 (0,2986)	0,019 (0,5988)	0,002 (0,9474)	0,030 (0,4089)	1,000

Nota: P-valor em parênteses

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Quanto aos testes de correlação, o método de Pearson, acerca dos dados relativos à região Subsaariana, demonstra que a variável dependente *GPS* possui relação positiva com todas as variáveis independentes, mas o contrário ocorre com as variáveis intervenientes. Isso pode demonstrar que seus resultados estão alinhados com as políticas socioeconômicas e de *accountability*, mas estão na contramão dos indicadores macroeconômicos analisados. Além disso, de maneira geral observa-se que seus possuem significância estatística ao nível de 5%, com exceção as variáveis *GOVEF* ($\rho = 0,054$, p-valor = 0,1327) e *REG* ($\rho = 0,003$, p-valor = 0,9360).

Às demais variáveis, observa-se ampla concentração em uma relação diretamente proporcional, com maioria apresentando significância em seus p-valores. Este resultado pode indicar problemas no diagnóstico da regressão futura, o que será verificado adiante.

No entanto, é preciso destacar que os sinais então apontados são condizentes com a expectativa de comportamento geral das variáveis independentes, haja vista que os investimentos públicos em saúde tendem a fomentar melhores resultados socioeconômicos dada a possível melhora da qualidade de vida de sua população (GUPTA, VERHOEVEN e TIONGSON, 2002; AFONSO, ROMERO e MONSALVE, 2013).

Tabela 4: Correlação de Pearson – América Latina

<i>LAC</i>	<i>GPS</i>	<i>PIB</i>	<i>PTRN</i>	<i>CCR</i>	<i>GOVEF</i>	<i>LAW</i>	<i>REG</i>	<i>ACC</i>	<i>EST</i>
<i>GPS</i>	1,000								
<i>PIB</i>	0,132 (0,0040)	1,000							
<i>PTRN</i>	0,091 (0,0460)	-0,125 (0,0061)	1,000						
<i>CCR</i>	-0,122 (0,0079)	0,071 (0,1245)	0,128 (0,0053)	1,000					
<i>GOVEF</i>	0,019 (0,6789)	-0,099 (0,0314)	0,157 (0,0001)	0,112 (0,0147)	1,000				
<i>LAW</i>	-0,051 (0,2681)	0,019 (0,6813)	0,161 (0,0004)	0,164 (0,0003)	0,028 (0,5494)	1,000			
<i>REG</i>	0,005 (0,9181)	-0,191 (0,0000)	0,106 (0,0212)	0,007 (0,8800)	0,277 (0,0000)	0,080 (0,0827)	1,000		
<i>ACC</i>	0,087 (0,0570)	-0,080 (0,0831)	-0,042 (0,3556)	-0,068 (0,1388)	-0,008 (0,8696)	-0,071 (0,1222)	0,143 (0,0018)	1,000	
<i>EST</i>	-0,073 (0,1096)	-0,099 (0,0317)	0,047 (0,3049)	0,154 (0,0008)	-0,006 (0,8966)	-0,030 (0,5135)	0,113 (0,0139)	-0,008 (0,8653)	1,000

Nota: P-valor em parênteses

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Por outro lado, as variáveis correspondentes à América latina se comportam de maneira heterogênea entre si. Não há que se notar uma predominância nos direcionamentos de correlação entre as variáveis, mesmo que se tratando da variável dependente, a qual foi dispare frente a amostra Subsaariana. Tal fenômeno pode representar há ausência de relação entre os Gastos Públicos com Saúde (*GPS*) e a melhora nos indicadores analisados junto as variáveis independentes.

Todavia essas afirmações devem ser feitas com a devida parcimônia, haja vista que, ao contrário das variáveis concernentes à África Subsaariana, há uma hegemonia de correlações que não apresentam significância estatística.

Logo, a partir da descrição dos dados observa-se que de maneira ampla a relação entre os Gastos Públicos com Saúde (*GPS*) e sua relação com fatores socioeconômicos e de *accountability* não diferem de maneira evidente entre a América Latina e a África Subsaariana. Note-se que se tratam de regiões com ampla concentração de países em desenvolvimento, com histórico de problemas com atendimento a pressupostos básicos de saúde e assolados com problemas de governança, como corrupção e mau uso de recursos públicos (COCKX e FRANCKEN, 2016; MUTIGANDA, 2013).

3.2 Resultados dos modelos de regressão com Dados em Painel

Conhecendo as características da amostra, dá-se início a análise da relação das proxies da *accountability* com os gastos públicos em saúde nos Países selecionados da América

Latina e da África Subsaariana, como estabelecido na questão de pesquisa que fundamenta o presente estudo. Para tanto, os dados estruturado em um painel balanceado foram regredidos, conforme demonstrado na Tabela 5.

Tabela 5: Modelos de Regressão com Dados em Painel

Região	Modelo 1 - SSF		Modelo 2 - LAC	
	Coefficiente	P-valor	Coefficiente	P-valor
(Intercept)			0,5734 (-0,0327)	0,0000***
<i>PIB</i>	0,0215 (-0,0125)	0,0872	0,0582 (-0,0083)	0,0000***
<i>CCR</i>	0,0638 (-0,0438)	0,1455	0,0522 (-0,0641)	0,4155
<i>GOVEF</i>	-0,1361 (-0,0562)	0,01569*	-0,2787 (-0,0599)	0,0033***
<i>LAW</i>	0,1348 (-0,0348)	0,00012***	-0,2406 (-0,0562)	0,0185***
<i>REG</i>	0,0928 (-0,0516)	0,0724	-0,0531 (-0,0657)	0,4191
<i>ACC</i>	0,0056 (-0,0573)	0,9228	0,0041 (-0,0489)	0,9325
<i>EST</i>	-0,0417 (-0,034)	0,2200	0,02 (-0,0579)	0,7304
<i>PTRN</i>	-0,015 (-0,0173)	0,3862	-0,0035 (-0,0101)	0,7285
<i>PIB:CCR</i>	-0,0211 (-0,0142)	0,1370	-0,0153 (-0,0176)	0,3863
<i>PIB:GOVEF</i>	0,0398 (-0,0175)	0,02378*	0,0761 (-0,0164)	0,0034***
<i>PIB:LAW</i>	-0,0354 (-0,0107)	0,0010***	0,063 (-0,0152)	0,0329***
<i>PIB:REG</i>	-0,027 (-0,0156)	0,0838	0,0154 (-0,0184)	0,4024
<i>PIB:ACC</i>	-0,0048 (-0,0176)	0,7833	-0,0015 (-0,0137)	0,9128
<i>PIB:EST</i>	0,011 (-0,0109)	0,3133	-0,0065 (-0,0156)	0,6797
<i>CCR:PTRN</i>	-0,0041 (-0,0136)	0,7656	0,0113 (-0,0083)	0,1711
<i>GOVEF:PTRN</i>	0,02 (-0,0127)	0,1151	0,006 (-0,0055)	0,2796
<i>LAW:PTRN</i>	-0,016 (-0,0103)	0,1230	0,0061 (-0,0083)	0,4600
<i>REG:PTRN</i>	-0,0106 (-0,0143)	0,4600	-0,001 (-0,0071)	0,8881
<i>ACC:PTRN</i>	0,0137 (-0,0143)	0,3400	0,0112 (-0,0062)	0,0717
<i>EST:PTRN</i>	0,0329 (-0,0153)	0,0319*	0,0026 (-0,0075)	0,7276
Teste <i>F</i>	F(20,711) = 2,6796 p-valor = 0,0001		F(20) = 97.7314, p-valor < 0,0000	
R ²	0,0701		0,1768	
R ² Ajust	-0,0150		0,1406	
<i>F</i> de Chow	F(45,711) = 47.072, p-valor < 0,0000		F(27,428) = 45.875, p-valor < 0,0000	
LM de Breush-Pagan	$\chi^2(1) = 2.531,3$, p-valor < 0,0000		$\chi^2(1) = 1.409,8$, p-valor < 0,0000	
Hausman	$\chi^2(20) = 42.855$, p-valor = 0,0021		$\chi^2(20) = 49.881$, p-valor = 0,0002	
Pearson χ^2 Norm	P = 995,2, p-valor = 0,5101		P = 995,2, p-valor = 0,5101	
Breusch-Pagan test	BP(20) = 109,43 = p-valor < 0,0000		BP(20) = 36.021 = p-valor = 0,0153	
Goldfeld-Quandt test	GQ(368,367) = 1.2275, p-valor = 0,0250		GQ(217) = 1.3696, p-valor = 0,0105	
Harrison-McCabe test	HMC = 0.4538, p-valor = 0,0320		HMC = 0.4358, p-valor = 0,0230	
Durbin-Watson test	DW = 0.7831, p-valor < 0,0000		DW = 0.8264, p-valor < 0,0000	
Breusch-Godfrey test	$\chi^2(14) = 325.31$, p-valor < 0,0000		$\chi^2(17) = 199.85$, p-valor < 0,0000	

Nota: Variável Endógena – Gastos Públicos com Saúde (*GPS*); Variáveis Independentes - Controle da Corrupção (*CCR*), Eficiência Governamental (*GOVEF*), Estabilidade Política (*EST*), Qualidade da Regulamentação (*REG*), Legislação (*LAW*), Accountability e Participação (*ACC*); Variáveis Intervenientes – Produto Interno Bruto (*PIB*), Petróleo e Recursos Naturais (*PTRN*); Erro Padrão em Parênteses; Os testes de aderência aos coeficientes correspondem ao F de Chow, LM de Breush-Pagan e teste de Hausman, cujos resultados sugerem a adequação aos efeitos fixos para o modelo Subsaariano e aos efeitos aleatórios para a América Latina; Os diagnósticos dos resíduos da regressão foram realizados pelo teste de normalidade de Pearson, heterocedasticidade de Breusch-Pagan, Goldfeld-Quandt test e Harrison-McCabe, além da autocorrelação de Durbin-Watson e Breusch-Godfrey; Significância ao nível de *0,1, **0,05, ***0,01.

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

A partir da Tabela 5, junto ao modelo 1 os resultados encontrados apontam relação estatisticamente significativa e positiva direta entre o GPS e *GOVEF* (p-valor = 0,0157), *LAW* (p-valor = 0,0001), além destes mostrou-se relevante a presença das variáveis intervenientes quando relacionadas ao PIB: *GOVEF* (p-valor = 0,0238), PIB:*LAW*(p-valor = 0,0010) e EST: PTRN (p-valor = 0,0319).

Os Resultados relativos a África Subsaariana consideram à variável dependente os Gastos Públicos (GPS). Neste modelo, a variável qualidade de regulamentação e implementação de políticas públicas (REG) não apresentou significância estatística, o que poderia indicar que quanto maior REG maior o GPS. Por outro lado, a variável legislação (*LAW*) que denota a aceitação das regras da sociedade, apresentou relação positiva e estatisticamente significativa, indica que quanto mais se trabalham as ações de aplicação da legislação, mas pode se investir e eficazmente nos gastos públicos com saúde.

Estas constatações evidenciam que no coro das pesquisas anteriores, a alavancagem da atividade econômica, poderá ter como consequência o aumento da riqueza da população favorecendo potenciais impacto positivos nos gastos públicos e na consequente melhoria da saúde pública por meios dos investimentos feitos com os recursos públicos. No entanto, este argumento não se pode ter com relação a variável de detenção de recursos naturais. Denotando que a detenção de recursos naturais tem impacto negativo nos gastos públicos com saúde (SCHACTER, 2005; COCKX e FRANCKEN, 2016).

A variável eficiência governamental (*GOVEF*) teve coeficiente negativo e estatisticamente significativa ao nível mínimo, indicando que quanto mais se perceber a eficiência dos governos, mais se investe em saúde pública e conseqüentemente na longevidade dos cidadãos. O *enforcement* (*LAW*), ou seja, a aceitação e implementação da legislação na sociedade, tem uma relação positiva e estatisticamente significativa, o que pode significar que a aplicação da legislação e sua fiscalização é relevante na amostra considerada.

Em relação as variáveis intervenientes, a produção riqueza assim como a detenção de recursos naturais por parte destes Países, apenas por meio da produção interna apresentou relevância em poucas variáveis. Enquanto que, a detenção dos recursos naturais não apresentou relação significativa com nenhuma.

No modelo restrito da regressão, observa-se o poder explicativo superior a média pela variável dependente, entretanto nota-se o rompimento com pressupostos no diagnóstico de regressão, o que implica dizer que não existem evidências estáticas para afirmar que os Gastos Públicos em Saúde tenham relação com *proxies* de *accountability*.

No entanto, ao introduzir no modelo, variáveis intervenientes a variável qualidade de regulamentação (REG) não apresentou significância estatística. De maneira que, a partir do suporte teórico, esperava-se refletir a percepção da habilidade dos governantes para formular e implementar políticas coadjuvantes ao aumento ou melhoramento da longevidade. Ou seja, o procedimento relativo a variável poderia indicar que aumento no nível de desenvolvimento econômico, resulta no aumento da esperança de vida dos cidadãos. Do mesmo modo, a variável detenção de recursos naturais também se apresentou sem significância, denotando que as rendas provenientes da exploração de recursos minerais, que culminam com o crescimento econômico não se percebem pelo volume de Gastos Públicos em Saúde.

No que cabe aos países da América Latina, as variáveis diretamente significativas foram *PIB* (p-valor < 0,0000), *GOVEF* (p-valor = 0,0033), *LAW* (p-valor = 0,0185), além das *GOVEF* (p-valor = 0,0034), *LAW* (p-valor = 0,0329) que se mostraram relevantes ao serem intermediadas pelo produto interno de cada país.

Os resultados demonstram que o modelo 2 também possui poder explicativo superior a média, embora diversas variáveis que não representaram a significância esperada e os resíduos do próprio modelo carecerem de melhores resultados quanto ao diagnóstico da regressão.

Desta forma, interpreta-se que quanto mais se perceber o controle da corrupção no país, mais os governos poderiam investir eficientemente e eficazmente na saúde dado que o baixo investimento não demonstrou a situação suportada pelo suporte teórico. O resultado está em consonância com a pesquisa de Ventelou e Bry (2010) para quem os gastos públicos modificam potencialmente o crescimento macroeconômico, mas o problema fundamental tem sido a forma como estes recursos são utilizados e geridos. Em consonância com os resultados da regressão, Rajkumar e Swaroop (2008) também enfatizam a importância do controle da corrupção para contornar o efeito insignificante dos gastos públicos no desenvolvimento. Concluindo que governantes dispostos a controlar a corrupção, os benefícios nos seus resultados econômico e sociais serão aplausíveis.

A variável LAW relativa aos aspectos de *enforcement* da legislação teve uma relação negativa com a variável dependente nos países latino americanos, ao nível de significância de 0,01%, indicando que nesses Países a questão do *enforcement* ou da aplicação e fiscalização da lei é promissora. Quando adicionadas variáveis de intervenientes, no primeiro momento a riqueza do país, operacionalizada pelo logaritmo natural do PIB *per capita* os resultados não alteram significativamente. Da mesma forma, o R² do modelo situou-se em 7,01% na África Subsaariana e 17,68% na América Latina, indicando o pífio poder explanatório das variáveis independentes sobre a dependente.

Considerando as *proxies* de *accountability*, verifica-se ausência de significância entre GPS e CCR (Controle de corrupção) não assegurando que quanto mais se percebem práticas relativas ao combate a corrupção, mais se pode esperar na redução da mortalidade infantil. Concomitantemente, a variável *accountability*, não apresentou, associação estatisticamente significativa com a variável dependente.

Verificou-se, ainda, no mesmo modelo, que a variável estabilidade política (EST) não se apresentou estatisticamente significativa, ao passo que se esperava indicar que quanto menos instabilidade mais podem os cidadãos aumentar a sua longevidade. Resultados semelhantes aos da pesquisa de Zubair e Khan (2014) que analisaram a relação entre os indicadores de governança mundial (WGI) e crescimento econômico, os resultados indicaram que a estabilidade política contribui altamente para o crescimento econômico e melhoramento das condições de vida dos cidadãos.

Em relação as variáveis sobre a eficiência governamental, não se pode fazer afirmações sobre os seus pesos nos gastos públicos conforme os resultados da regressão, no entanto, estes resultados também estão em consonância com os achados do estudo de Hauner e Kyobe (2010).

4 Considerações finais

As transformações influenciam na exigência de novo modelo que propiciem melhorias no desempenho do setor público dos Países, com implementação de políticas públicas para melhorar as condições socioeconômicas de cada região que foi objeto do estudo. Os diversos fenômenos foram responsáveis, nas últimas décadas, pelas transformações ocorridas no mundo contemporâneo – incluindo a recente crise econômica e financeira mundial. Os recursos públicos aplicados na área de saúde indicam relação com a *accountability*, considerando a interveniência das características socioeconômicas de cada região estudada.

Neste sentido, o objetivo foi analisar a relação estatística entre os gastos públicos em saúde como inputs de recursos públicos com as *proxies* de *accountability* no setor público nos Países da América Latina e da África Subsaariana comparativa no período de 2000 a 2016. Para tanto, formularam-se duas hipóteses a serem testadas por meio de modelos de regressão de Dados em Painel, as quais foram rodadas separadamente para cada uma das amostras dos Países selecionados.

Ambas referem-se aos gastos públicos em saúde nos Países da América Latina e da África Subsaariana, apresentaram relação estatisticamente significativa com as proxies da *accountability* (CCR), (GOVEF), (EST), (REG), (LAW), *Accountability* e participação (ACC)), acrescenta-se ainda a interveniência de características socioeconômicas (Nível do Desenvolvimento Econômico, Petróleo e Recursos Naturais).

A fundamentação teórica foi alicerça a relação entre as variáveis, evidenciam-se que nos países em desenvolvimento analisados a implementação de políticas públicas não estão significativamente relacionada à *accountability* observada em cada região. Embora, tenha sido suposto que os recursos dispendidos em saúde pudessem apresentar uma relação com as variáveis analisadas, não se observou a significância estatística esperada, de modo que os modelos concernentes à África Subsaariana e a América Latina tiveram médio poder explicativo, embora superior a média, e os diagnósticos de seus resíduos não foram satisfatórios.

Desta forma, os modelos não tenham se comportado como esperado, aceita-se que os Gastos Públicos em Saúde refletem o perfil de *accountability*, a partir do contexto teórico abordado. Além disso, a utilização das regiões subsaariana e latino-americana podem fortalecer o entendimento dado que possuem características socioeconômicas assemelhadas aos países em desenvolvimento. Tamaña discussão reforça a importância das práticas de *accountability*, mesmo num cenário de construção social e econômica dessas regiões. Os dados do Banco Mundial apontam que África Subsaariana é a região mais pobre do planeta. Ao menos 37% da população, de 973,4 milhões de pessoas, vivem na região urbana. A renda *per capita* é de US\$ 1.638 e a esperança de vida ao nascer é de 58 anos.

Esta pesquisa contribui com evidências de *proxies* de *accountability* e indicadores de governança mundial com os gastos públicos em Saúde como *inputs* de recursos públicos. Os resultados desse estudo são limitados a amostra considerada e a metodologia utilizada. Nesse sentido, deve-se acautelar sobre a generalização de resultados, tanto pela amostra quanto pelas *proxies* utilizadas que foram peculiares a aplicação desta pesquisa.

Isto posto, sugere-se como oportunidade de pesquisa o aumento do período da amostra e a inclusão de mais variáveis sobre a política pública aplicada na área da saúde em outros Países, considerando na investigação o período de crise econômica e financeira mundial, denotando maior qualidade e poder explicativo ao modelo em tela.

Referências

AFONSO A, ROMERO A, MONSALVE E. **Public Sector Efficiency: Evidence for Latin America Public Sector Efficiency** - Evidence for Latin America, 2013.

AFZAL, K. A. **Considine M. Democratic Accountability Intentional. Human Development Regimes, institutions and resources**. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2015.

ALEXIOU, C. **Government Spending and Economic Growth: Econometric Evidence from the South Eastern Europe (SEE)**. J Econ Soc Res. 11(1), p.1–16, 2009.

BALDACCI, E; CLEMENTS, B; GUPTA S; CUI, Q. Social Spending, Human Capital, and Growth in Developing Countries. *World Dev.* 36(8), p.1317–41, 2008.

BANCO MUNDIAL. Base de Dados do Banco Mundial. Banco Mundial. Acesso em 14 agosto de 2019, disponível em <https://data.worldbank.org/country/brazil?locale=pt>, 2019.

BHATTACHARYYA S, HODLER R. Natural resources, democracy and corruption. *Eur Econ Rev.* 54(4), p.608–6021, 2010.

BROWN DS, HUNTER W. Democracy and Social Spending in Latin America, 1980-92. *Am Polit Sci Rev.* 93(4), p.779–790, 1999.

COCKX L, FRANCKEN N. Extending the concept of the resource curse: Natural resources and public spending on health. *Ecol. Econ.* 108 (1), p.136–149, (2014).

COCKX L, FRANCKEN N. Natural Resources: A curse on education spending? *Energy Policy.* 92 (10), p.394–408, 2016.

DEVARANJAN S, SWAROOP V, Zou H. The composition of public expenditure and economic growth. *J Monet Econ.* 37, p.313–44, 1996.

FÁVERO, L.P; BELFIORE, P. **Manual de Análise de Dados.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FONCHAMNYO, D. C; SAMA, M. C. Determinants of public spending efficiency in education and health: evidence from selected CEMAC countries. *J Econ Financ.* p.199–210, 2014.

GERRING, B. J; BOND, P; BARNDT, W.T; MORENO, C; KALBERG, S; KRIECKHAUS, J. L; ECONOMIC GROWTH. A. Historical Perspective. *World Polit,* 2005.

GUPTA, S; HONJO, K; VERHOEVEN, M. The Efficiency of Government Expenditure: Experience from Africa. *J Policy [Internet].* 23, p.433–467, 2001.

GUPTA. S; VERHOEVEN, M; TIONGSON, E.R. The effectiveness of government spending on education and health care in developing and transition economies. *Eur J Polit Econ [Internet].* 18(4), p.717–737. 2002.

HAUNER. D; KYOBE, A. Determinants of government efficiency. *World Dev.* 38(11), p.1527–1542, 2010.

IYOHA, F.O; OYERINDE, D. Accounting infrastructure and accountability in the management of public expenditure in developing countries: A focus on Nigeria. *Crit Perspect Account.* 21(5), p.361–373, 2010.

KAUFMANN, D; KRAAY, A; MASTRUZZI, M. “Governance Matters VI: Governance Indicators for 1996-2006”. *World Bank Policy Research Working Paper No.* 4280.1, 2007.

KOCK, N; GASKINS, L. The Mediating Role of Voice and Accountability in the Relationship Between Internet Diffusion and Government Corruption. In: *Latin America and Sub-Saharan Africa. Inf Technol Dev.* 20(1), p.23–43, 2014.

LADIPO. O; SANCHEZ, A; SOPHER, J. Accountability in Public Expenditures in Latin America and the Caribbean. Washington, D. C. *The international Bank for Reconstruction and Development.* 2009.

MAKUTA, I; O'HARE, B. Quality of governance, public spending on health and health status in Sub Saharan Africa: a panel data regression analysis. *BMC Public Health [Internet]. BMC Public Health*. 15(1), p.932, 2015.

MOROZUMI, A; VEIGA, F.J. Public spending and growth: the role of government accountability. *Centre for Finance, Credit and Macroeconomics*, 2014.

MUTIGANDA, J.C. Budgetary governance and accountability in public sector organisations: An institutional and critical realism approach. *Crit Perspect Account. Elsevier Ltd*. 24(7–8), p.518–531, 2013.

PEREIRA, J. M. Applied Corporate Governance in Brazilian Public Sector. *APGS, Viçosa*. 2(1), p.109-134, jan./mar, 2010.

RAJKUMAR AS, SWAROOP V. Public spending and outcomes: Does governance matter? *J Dev Econ*. 86(1), p.96–111, 2008.

SCHACTER, M. A Framework for Evaluating Institutions of Accountability. In: SHAH A, editor. Public Sector Governance and Accountabiliy Series: Fiscal Management. Washington, D.C: *The World Bank*, 2005.

VENTELOU, B; BRY, X. The role of public spending in economic growth: Envelopment methods. *J Policy Model*. 28(4), p.403–413, 2006.

WU, S.Y; TANG, J. H; LIN, E.S. The impact of government expenditure on economic growth: How sensitive to the level of development? *J Policy Model*. 32(6), p.804–817, 2010.

YASIN M. Public spending and economic growth: Empirical investigation of Sub-Saharan Africa. *Southwest Econ Rev*. 4(1), p.59–68, 2000.

ZUBAIR, S.S; KHAN, M. A. Good Governance: Pakistan's Economic Growth. Pakistan. *J Commer Soc Sci*. 8(1), p.258–271, 2014.